

CHOQUE LIBERAL OU REFORMA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

O Estado de S. Paulo, 12/11/91

Se o governo federal não tiver o necessário apoio para realizar o ajuste fiscal e as reformas liberalizantes, que a economia brasileira necessita desesperadamente, o choque liberal será inevitável. A alternativa já não é mais populismo ou reforma, mas reforma ou choque liberal, reforma programada, planejada, gradual, conforme aconteceu no México, ou o choque liberal, improvisado, em meio ao caos e à hiperinflação, como ocorreu na Argentina pré-Cavallo e pós-Bung-Born, a Argentina de Erman Gonz lez.

Se esta idéia geral é correta, torna-se necessário apoiar as medidas que o governo está tomando ou procurando tomar visando o ajuste e a liberalização. Particularmente é preciso apoiar a reforma tributária que o governo acaba de apresentar, que é essencial para o ajuste fiscal e o acordo com o FMI. Sei muito bem que, para os contribuintes, é sempre difícil apoiar o pagamento de mais impostos, e mais difícil ainda quando se desconfia do governo. Sei também que esta não é realmente uma reforma, mas um mero aumento e antecipação de impostos. Mas estou convencido de que a gravidade e a urgência da crise são tão grandes que não há outra alternativa senão discutir o mínimo esta matéria e obter sua aprovação o mais depressa possível. No próximo ano, se houver a liderança necessária, haverá tempo para uma reforma melhor pensada.

Isto significa que estou propondo apoio geral e indiscriminado ao governo? De forma alguma. É preciso, inclusive, continuar a criticar severamente os seus erros. Sejam eles explicáveis, como, no plano da política econômica, a demora em indexar o mercado financeiro, sejam erros inexplicáveis senão escandalosos como o projeto permitindo que a zona de livre comércio de Manaus (na verdade, uma esdrúxula zona de importação) importe livremente automóveis.

O que é inútil, entretanto, é desesperar. É dizer que com esse governo nada é viável. É inútil porque não temos outro governo. O "entendimento nacional", que visava uma reforma ministerial que desse base parlamentar e social para o governo, foi rejeitado pelo presidente. Não há, portanto, a curto prazo, saída política para a crise. A

médio prazo continua a esperança em uma mudança de posição do Presidente e na antecipação do plebiscito e a adoção do parlamentarismo. Mas, enquanto tal não ocorre, o Presidente vai tentar novamente governar sozinho.

E ao adotar essa posição aumenta a probabilidade de um choque liberal. Mas o que é o "choque liberal"? É a alternativa à liberalização ordenada e gradual. É a alternativa à reforma liberal. É a desregulamentação radical e atabalhoada da economia, em meio a uma crise hiperinflacionária, dadas as distorções do sistema de intervenção do Estado existente e a incapacidade da sociedade de reformá-la gradualmente. Em termos práticos, já que é impossível suspender todo o sistema de regulamentação, é a redução abrupta de todas as tarifas alfandegárias, a eliminação dos controles quantitativos sobre a importação, e a unificação e liberalização cambial, de forma que apenas a taxa de câmbio, que em um primeiro momento deverá subir, garanta o equilíbrio do balanço de pagamentos. É também a privatização predatória, indiscriminada. Foi basicamente o que ocorreu na Argentina em 1990, antes que Domingo Cavallo assumisse o Ministério da Economia e, através de seu plano de conversibilidade (impropriamente chamado de "dolarização"), começasse novamente a regular e a por ordem na economia argentina.

O choque liberal não é evidentemente um remédio quando tudo mais falha. Mais racional é ajustar e liberalizar gradualmente. É reformar. Mas se o governo é incompetente e inábil politicamente, e se a sociedade não pressiona seu parlamento a adotar as reformas necessárias - ainda que não as reformas ideais -, o choque liberal pode ser inevitável.

Não é correto que o governo esteja apostando na hiperinflação e no choque liberal. O governo ainda está lutando pela reforma. Entretanto, dada sua política de juros elevados e de liberação de preços, ao mesmo tempo que recusa qualquer política acordada de rendas que permita estancar a escalada inflacionária, dado descontrole crescente da economia, esta visão pode parecer verdadeira.

Neste ponto, aliás, a sociedade brasileira se vê diante de uma grave contradição. De um lado o fracasso dos congelamentos anteriores a leva a descreer ou mesmo a repudiar um novo. Ignora-se, assim, que há bons e maus congelamentos, // De outro, se não houver um acordo social mínimo sobre preços e salários, a inflação não parará de crescer, e, quando se consumir a hiperinflação, quando a taxa de inflação superar a taxa dos 50 por cento mensais e continuar a se acelerar, provavelmente não restará outra alternativa senão o choque liberal.